

Verbos intransitivos para uma política pública *Formar, valorizar, profissionalizar*

A temática da formação, da valorização e da profissionalização dos docentes tem frequentado, sobretudo nas três últimas décadas, as discussões acadêmicas e sindicais, tornando-se objeto de políticas públicas no País. Algumas coisas mudaram, nos últimos anos, sobretudo no âmbito da formação. Outras têm permanecido quase intocáveis, como a valorização e a profissionalização, nos diferentes sistemas de ensino. Desde a redemocratização, as entidades representativas da área (a exemplo da Anfope, Anped, CNTE) reivindicam políticas públicas educacionais que garantam estatuto econômico, social e científico aos professores, em prol de uma escola pública de qualidade, socialmente referenciada. Têm procurado, ainda, dialogar com as instituições formativas, sobretudo universidades públicas, para se pensar uma formação inicial e continuada que favoreça a escola pública de qualidade para todos, como direito social.

No Brasil, imensos são os desafios, em decorrência de uma expansão educacional que não se inspirou na compreensão mais ampla do papel da educação na sociedade e da educação como direito social, que resultasse em melhor planejamento, investimento e compromisso com a equalização das condições objetivas da oferta pública de educação em todas as regiões, estados, municípios e escolas. É preciso, pois, avaliar se as atuais políticas públicas vêm conseguindo alterar o quadro histórico da oferta, permanência e qualidade da educação. É necessário, também, compreender e debater o lugar da educação à distância na formação inicial e continuada, considerando o cenário histórico e atual da escola pública e da formação de professores, bem como as perspectivas e os elementos da iniciativa governamental, em um diálogo com as entidades da área, a fim de criar e institucionalizar um sistema nacional público de formação dos profissionais do magistério.

Retratos da Escola, neste número especial, convidou três importantes educadoras e lideranças de entidades da área de educação do País: Helena Costa Lopes de Freitas¹, Juçara Dutra Vieira² e Márcia Ângela da Silva Aguiar³. Nesta entrevista aos professores Luiz Fernandes Dourado⁴ e João Ferreira de Oliveira⁵ elas avaliam a temática da formação, profissionalização e valorização dos profissionais da educação, considerando o passado, o presente e o futuro da educação brasileira. Vivemos, certamente, um momento singular de diálogo e de ações por um (sub) sistema nacional público de formação dos profissionais do magistério, no contexto de construção de um sistema nacional articulado de educação.

Luiz Dourado - Ao longo das três últimas décadas, o que mudou na formação de professores e na profissionalização docente no Brasil?

Helena Freitas - As mudanças significativas no campo da formação docente no Brasil se desenvolveram a partir da LDB de 96, no contexto das políticas neoliberais da década de 90. É nesse período que se tornam mais intensas as discussões e proposições sobre o *locus* da formação de professores e o caráter da formação, que se materializam nas regulamentações posteriores, principalmente a das diretrizes curriculares para a formação de professores para a educação básica. É também nesse período que se observa o crescimento da oferta de cursos de formação continuada, principalmente de cursos à distância para formação dos professores em exercício sem formação superior. Podemos afirmar que não houve alteração na política de formação implementada desde então, permanecendo, ainda, as dívidas históricas do poder público com a formação dos professores. As políticas educacionais pós-LDB reforçaram uma concepção tecnicista, desprezando as contribuições pedagógicas e do campo da educação no processo de formação docente nas licenciaturas. A desconstrução do campo da didática, da pedagogia e da área educacional impacta também o processo de trabalho docente na escola pública de educação básica, onde as condições de trabalho dos professores – dupla e tripla jornada, baixos salários e ausência de uma carreira com processos de formação, acompanhamento e avaliação justos - não contribuem para a sua superação e o desenvolvimento profissional. Essas condições, aliadas às de funcionamento da escola e à condição de vida das crianças e da juventude, não permitem, ainda, o pleno desenvolvimento de uma educação pública de caráter emancipador, igualitário e solidário. É esta qualidade histórica que ainda se configura como principal dívida do poder público na atualidade.

Juçara Vieira - A Reforma Universitária, de 1968, e a do ensino de 1º e 2º Grau, de 1971, são emblemáticas para a compreensão das décadas seguintes. Ambas foram portadoras da mesma aspiração e inspiração: consolidar o projeto ufano-desenvolvimentista da ditadura militar, ancorando-se na teoria do capital humano. A urgência em formar mão-de-obra para o mercado industrial perpassou a formação dos profissionais da educação. A influência americana, através do Acordo MEC/USaid, trouxe a departamentalização da educação superior e, coincidentemente, os saberes compartimentados que caracterizaram as licenciaturas; estas, por sua vez, foram aceleradas e segmentadas, por meio de cursos de curta duração. Não por acaso, ao final da década, a combinação das insuficiências da formação, os baixos salários, a ampliação de jornada e o aumento de alunos por sala de aula transformaram-se em mobilizações e greves em todo o País. Nos anos 80 e 90, a adoção de políticas neoliberais agravaram o quadro. A Emenda Constitucional Nº 14, a instituição do

“As políticas educacionais pós-LDB reforçaram uma concepção tecnicista, desprezando as contribuições pedagógicas e do campo da educação no processo de formação docente nas licenciaturas”

(Helena Freitas)

“...o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da Capes, a experiência inovadora do Profuncionário e a aprovação da Lei que institui o Piso Nacional: três marcos fundamentais...”

(Juçara Vieira)

Fundef e a promulgação da LDB, em 1996, representaram o coroamento de uma orientação política que desresponsabilizou o Estado para com o financiamento da educação e a valorização de seus profissionais. A proposta de formação de professores em cursos normais superiores em institutos, e não em universidades, foi ilustrativa desse período. A crescente perda de prestígio social da profissão, ao tempo em que afastou a juventude da classe média, passou a atrair as camadas populares para os cursos de pedagogia e para as licenciaturas. Essa democratização, no entanto, não foi acompanhada de políticas capazes de receptionar, adequadamente, o novo público na universidade e na escola básica. As contradições do modelo neoliberal ensejaram maior protagonismo dos movimentos sociais e da comunidade acadêmica na construção de novos referenciais para a educação. Nos anos 2.000, as políticas públicas começaram a reverter a proporção público-privado na educação superior, a buscar alternativas sistêmicas, para dar respostas à descentralização da educação básica, e a promover a valorização profissional dos trabalhadores em educação. Registramos a instituição do Conselho Técnico-Científico da Educação Básica da Capes, a experiência inovadora do Profuncionário e a aprovação da Lei que institui o Piso Salarial Profissional Nacional, como três marcos fundamentais, que terão impacto sobre a formação e a profissionalização dos trabalhadores em educação e, por consequência, sobre a qualidade da educação.

Márcia Aguiar - Com a grande efervescência dos movimentos sociais, em defesa do Estado de Direito, no final da década de 1970, articulam-se segmentos do setor educação em torno de importantes bandeiras: a universalização da educação básica, a valorização dos educadores e a gestão democrática. O debate dessas ideias e proposições ganha visibilidade nas Conferências Brasileiras de Educação (CBE), que congregam grandes contingentes de educadores e se multiplicam, na década de 1980. Ao longo dessa década, sob a égide da Carta Magna de 1988, tomou grande impulso o debate sobre a formação dos profissionais da educação, com a organização das entidades da área, em especial da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) cujo embrião foi a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores (Conarcfe). Assistiu-se a uma grande movimentação da área, com inúmeros cursos de pedagogia e licenciaturas sendo reformulados no âmbito das instituições de ensino superior, particularmente, das universidades. Na década de 1990, demandas históricas da sociedade brasileira e dos educadores foram incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394, de 1996) e, em meio a grandes embates, definiu-se o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 2001), com o estabelecimento de um conjunto de metas a serem alcançadas mediante a cooperação dos entes federados. Nesse período, o Ministério da Educação convocou as universidades a participar do processo de elaboração das diretrizes cur-

riculares para os cursos de graduação, por meio da instituição de comissões de especialistas. A Comissão de Especialistas de Pedagogia formulou, a partir de consultas às universidades e entidades do campo educacional, as diretrizes curriculares nacionais de pedagogia, que só foram apreciadas pelo Conselho Nacional de Educação oito anos depois, o que demonstra a falta de vontade política dos setores governamentais pelo ordenamento desse campo. Contudo, as lutas dos trabalhadores da educação e dos setores organizados da sociedade civil impulsionaram o poder público a implementar políticas de valorização dos profissionais da educação, o que se torna evidente na instituição do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica (Fundeb), na instituição do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público, na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na promulgação das Diretrizes Curriculares de Pedagogia e, mais recentemente, nas iniciativas do Conselho Nacional de Educação para as audiências públicas sobre as diretrizes da carreira do magistério da educação básica. Em que pesem as dificuldades de ordem político-econômica, o panorama que se vislumbra para a próxima década é alentador para os profissionais da educação, tendo em vista as grandes chances de, ainda no contexto atual, ser implementada, pela União, em articulação com os entes federados, uma política nacional de formação de profissionais da educação que conjugue formação inicial vinculada à formação continuada, condições de trabalho e salário condigno.

João Oliveira - Nesse período, qual tem sido o papel das entidades representativas da área de educação frente às políticas educacionais, particularmente à de formação de professores? Qual o papel das instituições formadoras nesse mesmo contexto?

Juçara Vieira - As organizações sindicais, estudantis e acadêmicas exerceram duplo papel: denunciaram e resistiram, tanto quanto lhes permitiu a correlação social de forças, e apontaram caminhos. As reflexões sobre formação têm sido recorrentes nas organizações científicas, como a Anfope, a Anped, a Anpae e tantas outras que atuam na educação e na pesquisa. A ênfase na profissionalização tem acompanhado a vida política e institucional da CNTE. É difícil destacar o protagonismo de organizações, pois as omissões são inevitáveis. Assim, enfatizamos as tentativas de debate articulado, como as que se deram no âmbito dos Coned e que resultaram na construção do “Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira”. Do mesmo modo, registramos as interlocuções regionais e internacionais, que possibilitaram reflexões sobre o contexto latino-americano e mundial e permitiram a compreensão sobre o alcance dos fenômenos que ocorreram no Brasil. Quanto às agências formadoras, a permissividade no processo de expansão privatista da educação superior ocasionou a

proliferação de cursos aligeirados e/ou de duvidosa qualidade. De outro lado, houve sérias reflexões em universidades que começaram a repensar os cursos de pedagogia e as licenciaturas. Dessas reflexões, em geral consoantes com as originárias de entidades acadêmicas, emergiram propostas interessantes, como a reformulação dos currículos dos cursos de pedagogia.

Márcia Aguiar - As entidades representativas da área de educação - em particular a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), o Fórum dos Dirigentes das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas (Forumdir), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes) - têm papel importante no processo de formulação e implementação das políticas educacionais. Essas entidades, cada uma em sua especificidade, têm sido interlocutoras de setores e de instâncias do poder público no que concerne às políticas de formação, às condições de trabalho e salariais como requisitos que viabilizam a elevação da qualidade (social) da educação básica no País. Saliento, sobretudo, a importância da CNTE na aglutinação dos professores e professoras da educação básica em torno da valorização profissional e do combate sistemático às posturas autoritárias e, até, em alguns casos, antidemocráticas, de setores conservadores ou, no limite, defensores da educação como mercadoria. Destaco, também, a importância da articulação das reconhecidas entidades Anped, Anfope, Forumdir, Anpae e Cedes na defesa da qualidade e das condições da formação (inicial e continuada) dos profissionais da educação e no apoio às lutas justas dos trabalhadores da educação. A unidade dessas associações constitui trunfo importante na interlocução com as várias instâncias do poder público. Reconheço o papel do Andes na defesa das condições de trabalho dos docentes das universidades federais e estaduais. Valorizo, ainda, a luta das entidades que aglutinam os profissionais da educação do setor privado em favor da melhoria das condições de trabalho. Um destaque especial pode ser dado à Anped, que, congregando 82 programas de pós-graduação em educação e 23 grupos de trabalho temáticos, tem-se constituído em espaço privilegiado para o debate e a circulação da produção científica sobre a formação de professores da educação básica no âmbito da educação superior. As instituições formadoras desempenham, tradicionalmente, um importante papel na formação dos professores. É nesses espaços, notadamente na universidade, que o diálogo entre professores mais experientes e estudantes e jovens professores pode abrir novas trilhas, que favoreçam o acesso ao conhecimento sistematizado sobre a docência, a escola e as políticas educacionais, bem como estimular o desenvolvimento de práticas de investigação dos processos

educativos e da aprendizagem, no interrogar contínuo das práticas sociais e, logo, das práticas educativas.

Helena Freitas - As entidades da área da educação têm desempenhando um papel fundamental de denúncia e crítica da situação atual e, ao mesmo tempo, de anúncio de iniciativas que podem e devem ser tomadas para o enfrentamento dessa situação. Participamos ativamente de todo o processo de elaboração da LDB, de sua regulamentação, da construção das diretrizes curriculares para a formação de professores e para os cursos de pedagogia e, mais recentemente, da realização da I Conferência Nacional de Educação Básica. As entidades vêm exercendo vigilância contínua e acompanhamento das políticas, na tentativa de interferir em seu rumo e construir efetivamente uma política nacional global de formação e valorização do magistério. O processo de degradação da escola pública e de deterioração das universidades públicas, nos últimos 15 anos de políticas neoliberais, deixou um legado de desmobilização e de desconstrução de referências, de descrédito quanto às utopias e à luta por uma nova condição do exercício do trabalho docente. Isso impactou negativamente nas IES e, em especial, nos cursos de formação de professores. O alijamento dos cursos do campo da educação e das teorias pedagógicas e o rebaixamento das exigências de sólida formação teórico-prática e técnico-científica relegaram as licenciaturas a um processo de desvalorização, inclusive frente ao crescimento da PG e dos processos regulatórios e avaliativos. Hoje, o desafio se potencializa, pois ainda lidamos com a situação de desmotivação, desmobilização e descrença dos últimos anos, que, felizmente, começa a ser revertida.

João Oliveira - Quais são os principais desafios da formação e profissionalização docentes?

Márcia Aguiar - Reconhecer a influência dos fatores de natureza sócio-econômica e histórico-culturais implícitos nas práticas educativas, de modo a melhor compreender os processos de ensino-aprendizagem no cotidiano das escolas; instituir espaços que aglutinem de forma sistemática os educadores para discutirem a prática pedagógica à luz de referenciais político-pedagógicos e científicos amplos; instituir planos de carreira que possibilitem condições de trabalho adequadas ao exercício profissional, com dignidade, são alguns dos desafios a serem enfrentados na profissionalização docente e nos processos formativos institucionalizados.

Helena Freitas - Penso que temos, ainda, a necessidade histórica de mobilizar a juventude para o ingresso em uma carreira ainda não valorizada e sequer vislumbrada como perspectiva de futuro para os jovens egressos do ensino médio. Outro desafio é

atrair para a profissão os jovens talentosos, criando condições nos cursos de licenciatura para o desenvolvimento das habilidades e capacidades, nas diversas dimensões da formação integral dos estudantes, futuros professores da educação básica. Os jovens que chegam hoje às licenciaturas, principalmente nas IES públicas, pertencem às classes populares e, por essa razão, trazem potencialidades e possibilidades de se tornarem intelectuais de sua classe para a formação das novas gerações. No entanto, essas condições não estão dadas, elas devem ser criadas e desenvolvidas nos processos formativos dos cursos de licenciatura, pelo envolvimento dos professores e estudantes com o trabalho didático-pedagógico da escola pública, a inserção dos estudantes desde o início do curso, no trabalho de ensino-aprendizagem com os professores da educação básica. Nesse desenvolvimento, deve-se destacar a importância do envolvimento de todos os docentes das licenciaturas nos percursos formativos percorridos pelos estudantes, contribuindo para que identifiquem suas dificuldades e as superem, com autonomia intelectual e compromisso com uma profissão socialmente relevante. Aqui, destaque especial deve ser dado às universidades e suas faculdades de educação, seus programas de pós-graduação e pesquisa, em estreita articulação com os sistemas de ensino, as escolas e os professores das redes públicas de ensino. Por último, destaque especial para o desafio de inserir cada professor da educação básica em um processo individual e coletivo de desenvolvimento profissional, com plano de carreira, salários e jornada de trabalho adequados às necessidades formativas da infância e da juventude, às exigências sociais da educação pública e do projeto político pedagógico da escola. Esses desafios somente serão enfrentados de forma coletiva, pelos educadores, na construção de um novo projeto educativo para o País, articulado a um projeto social de caráter emancipatório, na expectativa da construção de uma sociedade justa, igualitária e socialista como perspectiva de futuro. Projeto educativo, que supõe a alteração das bases da educação escolar, tornando-a menos excludente, mais igualitária, criando novas formas de organização da escola e de desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico entre professores e estudantes, de caráter solidário e colaborativo, a fim de permitir a construção de uma nova humanidade.

Juçara Vieira - Os fatores que concorrem para a valorização profissional são imprescindíveis e indissociáveis: formação inicial e permanente – isto é, contínua e atualizada -, carreira, salário e condições adequadas de trabalho. O próprio conceito de “profissional da educação” se assenta nessas premissas. Os principais desafios supõem três convergências: intervenção planejada do Estado, envolvimento das agências formadoras e ação protagônica dos trabalhadores em educação. A composição de interesses e de papéis pressupõe o financiamento público da valorização profissional como fator estratégico para a elevação da qualidade da educação. Da universidade à escola, o processo de construção da identidade profissional exige o aprofundamento

da gestão democrática, o respeito à pluralidade conceitual, a ampliação dos espaços de reflexão coletiva e de inserção política e social.

Luiz Dourado - Que avaliação você faz das atuais políticas públicas nesse campo?

Helena Freitas - Há um esforço do MEC para enfrentar a dívida histórica do poder público para com a educação e a escola pública. A formação de professores insere-se nesse contexto de desenvolvimento e elevação da qualidade social da escola pública e da educação básica. No entanto, é mister reconhecer que ainda estamos distantes desses objetivos. Na educação básica, temos a desigualdade social, que se mantém em grandes regiões de nosso país e, aliada ao quadro de deterioração das condições estruturais da escola pública, produz um quadro perverso de desigualdades educacionais, não permitindo, ainda, o desenvolvimento de processos de formação integral da infância e da juventude como necessidade e como direito. Esse quadro coloca entraves ao enfrentamento das exigências históricas do desenvolvimento técnico-científico, cultural e político brasileiro. No ensino superior, mesmo com a crescente expansão das vagas nas universidades federais e nos Ifet e a criação de novos *campi*, esforço massivo de investimento e aplicação de recursos deverá ser feito nos próximos anos, para que tenhamos efetivamente cursos de licenciaturas sintonizados com as mudanças em desenvolvimento na escola pública da educação básica. Além do aumento de vagas e de elevação da qualidade dos cursos, resta-nos, ainda, o enorme desafio de ver a juventude mobilizada por abraçar a profissão de educador. Em uma sociedade marcada pela competitividade e pelo reforço ao esforço individual e arrivista, há contradições próprias do capitalismo em seu nível de desenvolvimento atual. Uma delas é a contradição entre as exigências científicas e técnicas da luta contra as raízes da degradação da educação e da escola pública, em sua tarefa de formar mais e melhores estudantes, e a absorção de quase toda a atividade do esforço dos estudantes e professores universitários para dar algum destino à vida dos jovens egressos de um sistema educacional que não os habilita para a vida do trabalho e não oferece as condições necessárias para o exercício do trabalho docente. Ou seja, um sistema educacional que desvaloriza o trabalho produtivo e socialmente útil e não outorga, à imensa maioria, nenhuma capacidade especial para exercê-lo. Esse processo traz consigo responsabilidade redobrada para os educadores e suas entidades: por um lado, evidencia as incapacidades e deficiências do sistema educacional para contribuir com o êxito dos compromissos historicamente construídos e, por outro, constitui uma oportunidade histórica para desenvolver a profunda mudança no sistema educacional que permita superar aquelas contradições.

Juçara Vieira - Algumas dessas políticas têm a concordância do movimento social porque traduzem, ainda que parcialmente, posições históricas dos profissionais da educação. É o caso dos projetos de formação sob a responsabilidade compartilhada da União, estados e municípios como: Proformação, Proletramento, Profuncionário. Tais projetos, para constituírem políticas permanentes, precisam ganhar escala e consistência institucional. Outras duas decisões políticas fundamentais são a instituição do Piso Salarial Profissional Nacional e, como decorrência, a obrigatoriedade de criação ou adequação de carreiras na educação básica pública. A aprovação unânime – e inusitada – da Lei do Piso Salarial pelo Congresso Nacional esbarra na tentativa de vários governadores, que reivindicam sua inconstitucionalidade. Isso significa a necessidade de consolidação de um sistema nacional de educação capaz de dar respostas às questões postas pela descentralização da educação básica.

“No atual momento, abre-se oportunidade ímpar para a interferência dos setores organizados na definição e implementação das políticas educacionais que visam melhorar a educação brasileira...”

(Márcia Aguiar)

Márcia Aguiar - Reconheço que, atualmente, há um movimento pela implementação de políticas públicas favoráveis à universalização da educação básica, à valorização dos profissionais da educação e à gestão democrática da educação e da escola. O Governo Federal desenvolve programas que buscam, nitidamente, a melhoria do desempenho das escolas e das condições de formação. Contudo, eles são limitados, no tocante à formação e profissionalização docente, dada a inexistência de uma política nacional de formação dos profissionais da educação que articule a formação inicial e continuada e as condições de trabalho. Esforços nessa direção são visíveis, particularmente, na expansão do atendimento das demandas educacionais pelo poder público mas ainda permanece, em alguns setores, a tendência de tratar os problemas cruciais da educação brasileira com medidas pontuais ou de alcance limitado. Exemplo visível são os programas e projetos anunciados para a formação de professores da educação básica, de alcance limitado, destinado a segmentos específicos. Entretanto, é importante reconhecer que, no atual momento, abre-se uma oportunidade ímpar para a interferência dos setores organizados na definição e implementação das políticas educacionais que visam melhorar a educação brasileira.

João Oliveira - Qual deve ser o papel da EAD na formação inicial e continuada de professores?

Juçara Vieira - Tanto a formação inicial como a continuada não podem prescindir de todas as possibilidades abertas pelo avanço da ciência e da tecnologia. Porém, dois tipos de descompasso podem ser observados. O primeiro é entre as diferentes áreas sociais: a saúde incorporou tecnologias ao seu cotidiano; a educação continua tratando essas ferramentas e as dinâmicas delas decorrentes como “modalidade” diferenciada. O segundo descompasso é entre a educação superior e a básica. Um estudante

que não tem acesso a computador não acompanha as atividades universitárias. Na escola básica, o computador, onde existe, está a serviço da burocracia, não do ensino e da raríssima pesquisa. Esse tratamento de EAD como modalidade instituí, também, outra lógica, que é a de suplência. Por isso, é pensada como solução para situações emergenciais, como a falta de profissionais da educação. Essas carências são reais e não podem ser ignoradas. No entanto, abrir mão da formação presencial significa concordar com soluções parciais, que não se aplicam a outras áreas. Há falta de médicos na zona rural e em pequenas cidades. Alguém propõe formação à distância para resolver o problema? Da forma como é organizada hoje, a EAD tem validade para a educação continuada – ou permanente – porque o profissional já construiu seus referenciais epistemológicos, é capaz de organizar sua aprendizagem, identificando suas necessidades teóricas e práticas, maneja técnicas e procedimentos pedagógicos. Pelas mesmas razões, a formação inicial deve ser presencial, incorporando todas as possibilidades científicas e tecnológicas disponíveis.

Márcia Aguiar - Considerando a extensão continental e as necessidades educacionais efetivas do País, uma política de universalização do acesso à formação graduada dos professores requer a utilização plena dos recursos tecnológicos e midiáticos contemporâneos. Contudo, a formulação de uma política de formação inicial de professores deve considerar o acervo de conhecimentos e a experiência da área - que aponta para a necessária expansão da oferta de cursos de pedagogia e de licenciaturas presenciais e para uma sólida formação teórico-prática de professores para a educação básica -, com o uso intensivo desses recursos. A oferta de cursos de formação continuada na modalidade EAD complementa e deve suprir as necessidades, identificadas em diagnósticos precisos e como uma das estratégias para garantir o direito dos professores a uma formação pós-graduada de qualidade e, preferencialmente, nas universidades públicas. O uso indiscriminado, sem acompanhamento e avaliação adequados, dos cursos à distância pode ser um caminho tortuoso para se proclamar uma pseudo-universalização da formação de professores, em curto espaço de tempo, em detrimento da sua qualidade.

Helena Freitas - A posição do movimento dos educadores, em especial da Anfope, frente à EAD sempre foi muito clara. Não cabe aos educadores defender uma posição de atraso diante das novas tecnologias e do seu uso na disseminação de conhecimentos na contemporaneidade. Mas defendemos a formação presencial para a formação inicial de professores, admitindo a formação à distância apenas em casos extremos, consideradas as necessidades regionais e locais. Destaca-se, sobretudo, a necessidade de separar as discussões da política de formação continuada do uso das novas tecnologias e da EAD. Importa, hoje, fortalecer os projetos pedagógicos das

escolas e sua autonomia na escolha das melhores alternativas metodológicas às necessidades específicas. Há que se criar espaços para o aprofundamento conceitual sobre a temática, uma vez que esse é um campo extremamente complexo, que envolve novas concepções de aprendizagem, aprendizagem interativa, exigindo, também, a ressignificação das abordagens pedagógicas do fenômeno educativo. Neste particular, devemos atentar para os seguintes pontos: definir a dimensão/concepção de tutoria dos programas de formação continuada à distância; estabelecer o mínimo presencial como forma de garantir a socialização e o trabalho coletivo dos professores; e definir o caráter de programas emergenciais vinculados às regiões, bem como o papel das faculdades/centros de educação na elaboração e desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura, em articulação com os institutos das áreas específicas, e na produção de materiais didáticos.

Luiz Dourado - Como você avalia as iniciativas governamentais para instituir um sistema nacional público de formação dos profissionais do magistério?

Márcia Aguiar - Isso representa, sem dúvida, um avanço no campo da formação dos profissionais da educação, tendo em vista que possibilita a cooperação efetiva dos entes federados no que diz respeito à responsabilidade do poder público pela formação dos professores. Com a instituição do Sistema Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão implantar, de forma cooperativa, políticas de formação e de valorização, programas de incentivo à formação inicial de professores leigos e à formação continuada de professores em exercício. Além disso, poderão desenvolver políticas de incentivo ao ingresso, à permanência e à progressão na carreira do magistério que atendam às demandas históricas do setor. Contudo, é importante assinalar que a instituição desse Sistema constitui matéria controversa e polêmica e que o debate em curso vai delinear as possibilidades históricas de sua concretização. Entretanto, mesmo que não se realize, de imediato, a sua instituição, o debate sobre a urgência de uma política nacional de formação dos profissionais da educação que articule formação inicial e continuada, condições de trabalho e salários dignos está na ordem do dia e os setores organizados da sociedade civil têm mais força para avançar na luta pela concretização dos direitos à educação escolar de qualidade social, o que passa necessariamente pela contínua qualificação dos profissionais da educação que lidam com o bem mais precioso: a formação do ser humano.

Helena Freitas - É nosso entendimento, e também entendimento da Anfope, que cabe à União, ao MEC e ao conjunto das instituições formadoras dos profissionais

da educação a responsabilidade de responder aos desafios impostos pelas legítimas aspirações dos setores progressistas do País, em especial dos educadores, que lutam – há quase um século – pela escola pública, gratuita e laica, de qualidade referenciada pelas necessidades sociais da formação das novas gerações. Importante destacar, nesse contexto, a relevância de um sistema público que, enquanto política de Estado e não apenas de Governo, faça a regulação e a avaliação das instituições públicas e privadas, sendo, todavia, os recursos públicos destinados, exclusivamente, às instituições formadoras públicas. Um sistema nacional de formação deve superar a concepção pragmatista de mera equação entre demanda e oferta articuladas em regime de colaboração. É preciso ir além e construir outras relações, entendendo o sistema como uma articulação orgânica entre ações, programas e políticas que contemple desde a formação dos formadores até a carreira do magistério. Sendo assim, o Sistema e seu Decreto devem assumir a concepção de sistema como conjunto orgânico de formação e de profissionalização do magistério, que abrange condições dignas de trabalho, garantia da qualidade social na formação inicial e continuada, tendo em vista o desenvolvimento pleno da educação pública. Considera-se um avanço a assunção e a responsabilização do Estado e entes federados pela garantia dos direitos das crianças, jovens, adultos e idosos à educação de qualidade. Retira-se, desse modo, a análise equivocada da situação educativa que tende a atribuir ao professor as mazelas da educação. O enfrentamento de questões polêmicas no campo da formação dos profissionais da educação exige firmeza na defesa dos princípios da base comum nacional, concebida ao longo dos anos pela Anfope, desafiando a entidade a apresentar propostas que se contraponham à formação aligeirada e desqualificada, ainda frequente no País. Nessa perspectiva, a Anfope tem, sistematicamente, enfatizado a necessidade de fortalecer o papel das faculdades e centros de educação na formação científica, pedagógica e política de todos os licenciados e pós-graduados. Por último, destacar a importância, para o pleno desenvolvimento do sistema de forma orgânica e unitária, do financiamento adequado, que supere os atuais 4% do PIB. A iniciativa do MEC, de construção do Sistema, cria caminhos para a construção de políticas, programas e ações, que contribuam para tornar a formação de professores uma prioridade do País, gerida de forma democrática por fóruns nos quais tenham assento os educadores, os pais, os gestores e representantes dos diferentes setores da sociedade, que almejam uma nova educação, uma nova escola, um novo projeto educativo como futuro.

Juçara Vieira - São iniciativas necessárias, oportunas e respondem a duas questões historicamente desafiadoras: a formação como responsabilidade individual do profissional da educação e sua dificuldade ou impossibilidade de acesso às universidades públicas. Parte desses problemas também tem interface com a descentralização

da educação básica. Embora tramite no Congresso uma proposta do Governo Federal no sentido de co-responsabilizar a União pela formação dos profissionais da educação, até agora esse compromisso é da esfera estadual. Porém, exceto para os programas de titulação de professores leigos, quase não existem políticas públicas para a formação inicial por parte dos estados e dos municípios brasileiros. A formação é fator diretamente vinculado à qualidade da educação. Assume importância cada vez maior na estratégia de universalização da educação básica como direito de cidadania. Por isso, é fundamental que o poder público federal tome iniciativas como essas. Para que os resultados sejam efetivos e duradouros, é necessário que sejam institucionalizadas, associadas às carreiras e ao piso salarial e, progressivamente, extensivas a todos os profissionais da educação.

Notas

- 1 Professora titular (aposentada) da Unicamp. Coordenadora Geral da Diretoria de Educação Básica da Capes. Ex-Presidente da Anfope.
- 2 Professora da educação básica. Ex-presidente da CNTE (2002/2008), nesta gestão foi designada para consolidar a Esforce. Integra o CTC-EB da Capes. Vice-presidente da Internacional da Educação.
- 3 Professora titular do Centro de Educação da UFPe. Ex-Presidente da Anfope. Presidente da Anped.
- 4 Professor titular do Programa de Pós-graduação em Educação da FE/UFG. Secretário Adjunto da Anped. Editor da Revista *Retratos da Escola*.
- 5 Professor adjunto e coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação da FE/UFG. Coordenador do GT Política de Educação Superior da Anped. Diretor de Pesquisa da Anpae.